



# Simulado Final

# TJ SC

Técnico Judiciário  
Auxiliar - Pós-Edital

# Simulado

Simulado Final TJ SC (Técnico Judiciário Auxiliar)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para *Técnico Judiciário Auxiliar* do TJSC;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **11:00h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/enrqpnCL12Hf8Zbt8>

01 - (A)BCDE	21 - (A)BCDE	41 - (A)BCDE	61 - (A)BCDE
02 - (A)BCDE	22 - (A)BCDE	42 - (A)BCDE	62 - (A)BCDE
03 - (A)BCDE	23 - (A)BCDE	43 - (A)BCDE	63 - (A)BCDE
04 - (A)BCDE	24 - (A)BCDE	44 - (A)BCDE	64 - (A)BCDE
05 - (A)BCDE	25 - (A)BCDE	45 - (A)BCDE	65 - (A)BCDE
06 - (A)BCDE	26 - (A)BCDE	46 - (A)BCDE	66 - (A)BCDE
07 - (A)BCDE	27 - (A)BCDE	47 - (A)BCDE	67 - (A)BCDE
08 - (A)BCDE	28 - (A)BCDE	48 - (A)BCDE	68 - (A)BCDE
09 - (A)BCDE	29 - (A)BCDE	49 - (A)BCDE	69 - (A)BCDE
10 - (A)BCDE	30 - (A)BCDE	50 - (A)BCDE	70 - (A)BCDE
11 - (A)BCDE	31 - (A)BCDE	51 - (A)BCDE	71 - (A)BCDE
12 - (A)BCDE	32 - (A)BCDE	52 - (A)BCDE	72 - (A)BCDE
13 - (A)BCDE	33 - (A)BCDE	53 - (A)BCDE	73 - (A)BCDE
14 - (A)BCDE	34 - (A)BCDE	54 - (A)BCDE	74 - (A)BCDE
15 - (A)BCDE	35 - (A)BCDE	55 - (A)BCDE	75 - (A)BCDE
16 - (A)BCDE	36 - (A)BCDE	56 - (A)BCDE	76 - (A)BCDE
17 - (A)BCDE	37 - (A)BCDE	57 - (A)BCDE	77 - (A)BCDE
18 - (A)BCDE	38 - (A)BCDE	58 - (A)BCDE	78 - (A)BCDE
19 - (A)BCDE	39 - (A)BCDE	59 - (A)BCDE	79 - (A)BCDE
20 - (A)BCDE	40 - (A)BCDE	60 - (A)BCDE	80 - (A)BCDE

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategia.ac/l6r1s0>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

**01.** Observe, sob o ponto de vista argumentativo, a seguinte frase:

*“A internet não é uma rede de computadores; é uma rede de pessoas carentes de algo.”*

A afirmativa correta sobre a estruturação argumentativa dessa frase é:

- a) a tese do texto é a de que a internet não é uma rede de computadores.
- b) o argumento que apoia a tese se baseia no bom-senso.
- c) a tese do texto é apresentada sem qualquer argumento que a suporte.
- d) a argumentação do texto se utiliza do método dedutivo.
- e) o argumentador apela para a intimidação do leitor.

**02.** Um texto argumentativo mostra um pensamento organizado, já que recorre a isso para justificar ideias e opiniões, persuadir nossos interlocutores de nosso ponto de vista e influir sobre seu comportamento na tomada de decisões.

Assim sendo, a marca abaixo que está ausente desse modo de organização discursiva, é:

- a) O apelo obrigatório ao raciocínio lógico e ao bom-senso.
- b) Debate entre proponente e oponente, num confronto dialógico de perspectivas.
- c) Apresentação de argumento como um elemento básico de convencimento.
- d) Apelo a uma série de distintos elementos que apoiam o tema básico do texto.
- e) A discussão de um tema polêmico ou passível de problematização.

**03.** Observe o seguinte fragmento argumentativo:

*“Nem todos os vizinhos do edifício são pouco amigáveis. João, o homem que vive no quinto andar, sempre sorri quando cumprimenta.”*

O tipo de argumento lógico racional que se aplica neste caso, é:

- a) raciocínio por analogia.
- b) emprego de generalização.
- c) apelo a citações.
- d) citação de exemplo.
- e) relação causa / consequência.

**04.** Assinale a frase em que a grafia do “porquê” está correta.

- a) Ninguém sabe **por que** acreditar em políticos.
- b) Gostaria de saber **porque** as pessoas gostam de se iludir.
- c) Racionalidade demais prejudica **por que** impede a imaginação.
- d) Adoraria saber **por quê** não acreditar no paraíso.
- e) Confio no homem **porquê** vejo o seu potencial.

**05.** Assinale a frase em que houve a troca indevida entre onde/aonde.

- a) Onde há boa caça, há hienas que a devoram.
- b) Lar é o lugar onde você pode perder tudo e ter paz.
- c) O mentor conduz as pessoas de onde elas estão para aonde elas nunca quiseram ficar.
- d) Aonde quer chegar com toda essa conversa?
- e) Quem perdeu tudo está livre para ir aonde lhe aprouver.

**06.** Os adjetivos, em língua portuguesa, podem indicar estados, características, qualidades e relações.

Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado indica estado.

- a) Comer um pão velho em paz é sempre um banquete.
- b) Não adianta ter belos sonhos e preguiça horrorosa.
- c) Um homem erra muito até ser sábio.
- d) A mulher superior busca remover de si o pior do homem.
- e) A verdadeira paz é não querer estar sempre certo.

**07.** Entre as frases abaixo, assinale aquela em que o vocábulo “mais” exemplifica uma classe gramatical diferente da das demais frases.

- a) A artista canta mais esplendidamente agora que ninguém presta atenção.
- b) No sucesso, há mais do que se supõe, ainda que seja um pouco de sorte.
- c) As mais belas coisas do mundo são muito baratas.
- d) O modo mais seguro de prolongar a vida é sobreviver.
- e) Estudo rende mais do que ouro e menos que ações.

**08.** Segundo um informe recente, uma academia estrangeira insistiu em abrir uma filial no estado do Rio de Janeiro porque “os cariocas adoram exercícios físicos e a exibição do corpo”.

Esse argumento (entre aspas) se apoia num(a):

- a) simplificação exagerada;
- b) falsa analogia;
- c) estatística tendenciosa;
- d) troca entre causa/efeito;
- e) estereótipo.

**09.** “A Comissão também se empenhou neste objetivo, e o mesmo aconteceu com o Parlamento.”

Manuais de estilo tendem a condenar o uso da expressão “o mesmo” como estratégia para retomar um elemento citado anteriormente. Há casos, porém, como na passagem acima, em que esse uso não é problemático.

A alternativa em que o emprego de “o mesmo” é análogo ao da passagem acima, e conseqüentemente se mostra aceitável do ponto de vista estilístico, é:

- a) Meu pai sai quando quer, mas o mesmo nunca tem hora para voltar;
- b) Evite consumir muito café, porque o mesmo sempre atrapalha o sono;
- c) O Rio de Janeiro se organizou para combater a dengue, mas o mesmo não ocorre com outras doenças assassinas;
- d) João sempre apoia José; o mesmo, porém, nunca mostra reconhecimento;
- e) Encomendei um produto importado faz um mês, mas o mesmo ainda não foi enviado.

**10.** A palavra “predatória” recebe acento gráfico pela mesma justificativa que

- a) saída
- b) dominará
- c) espécie
- d) pânico
- e) até

**11.** “Se você andar na beira do parapeito, vai acabar caindo e se machucando”

O argumento acima exemplifica uma estratégia de:

- a) sedução;
- b) comoção;
- c) intimidação;
- d) provocação;
- e) confusão;

**12.** “Parte amanhã bem cedo e não encontrará engarrafamento na estrada”.

O conectivo destacado apresenta, no contexto, valor de

- a) adição;
- b) conclusão;
- c) causa;
- d) explicação;
- e) motivação.

**13.** Assinale a frase em que houve troca indevida entre todo/todo o.

- a) O curso se estendia por todo dia.
- b) Ele brigava com a mãe todo dia.
- c) Todo dia havia um acidente ali.
- d) Todo o dia havia música alta dos vizinhos.
- e) Todo dia é preciso se expor à luz solar.

**14.** “Faça a sua parte.

Estude, regularmente, cinco horas por dia. Alimente-se nas horas certas. Destine uma hora, três vezes por semana, para se exercitar. Reserve uma hora por dia para descansar a cabeça, ouvindo música, assistindo a um filme, enfim. Este é o caminho para a aprovação.

O texto acima apela predominantemente para um valor social, que é

- a) a saúde física;
- b) o equilíbrio mental;
- c) o lazer adequado;
- d) a disciplina;
- e) a aprovação;

**15.** Analise o trecho abaixo:

“Não lhe peço nada, já não me importa dormir, posso andar por essa estrada até o sol me bater na cara.”

Predomina no fragmento a linguagem

- a) Argumentativa.
- b) Coloquial.
- c) Expositiva.
- d) Depreciativa
- a) Formalista.

**16.** “Acolher, Escutar, Aconselhar – BNP (Banco Nacional Privado)”.

Considerando o esquema argumentativo da sentença acima, interpreta-se:

- a) Se você vier ao BNP, então você será acolhido, ouvido, aconselhado.
- b) Somente no BNP você será acolhido, ouvido e aconselhado.
- c) Convém ser apenas acolhido, ouvido e aconselhado no BNP.
- d) Ora, se você quer ser acolhido, logo você não pode deixar de vir ao BNP.
- e) Quem quer ser ouvido e aconselhado, deve vir ao BNP.

**17.** Observe a situação comunicativa:

Locutor: O clima ficou maluco.

Interlocutor: Dizer que o clima ficou maluco não é verdade, as temperaturas estão estáveis e os dias da semana foram ensolarados e frescos.

Em relação à afirmação inicial, o comentário do interlocutor documenta uma:

- a) negação;
- b) refutação;
- c) proibição;
- d) anulação;
- e) questão.

**18.** Assinale o trecho em que se verifica uso dêitico de um pronome:

- a) Morava num sobrado. Nesta casa passei toda a minha vida.
- b) Muitos questionam a saúde mental nesta época de infinita informação.
- c) Maria era daquelas que precisavam errar várias vezes para entender.
- d) Homem e mulher: o sonho desta muitas vezes é o pesadelo daquele.
- e) Nunca entramos duas vezes no mesmo rio, mas a água é sempre fria.

**19.** Assinale a alternativa em que a inversão da ordem dos termos causaria mudança de classe e de sentido:

- a) cego cavalo
- b) ruído alto
- c) pobre mulher
- d) bom caçador
- e) várias regiões

**20.** Ocorre uma correlação inadequada em:

- a) Se ela pudesse e lhe fosse permitido, casava ainda antes dos dezoito.

b) Ainda que sejamos responsáveis por tudo, nem sempre somos culpados.

c) Ele fundou há décadas a empresa que se tornaria a mais valiosa do país.

d) Levantasse a voz um pouco, a mãe imediatamente a repreenderia.

e) Faça o que eu disse, não faça o que eu fiz, faria ou tenho feito.

**21.** Observe a seguinte frase: *Sucesso significa realizar seus próprios sonhos, cantar sua própria canção, dançar sua própria dança, criar do seu coração e apreciar a jornada, confiando que não importa o que aconteça, tudo ficará bem. Criar sua própria aventura!*

(Elana Lindquist)

Sobre os componentes e significação dessa frase, assinale a afirmação incorreta.

- a) A estrutura da frase é a de uma definição.
- b) A sentença envolve o campo semântico da música.
- c) Há uma comparação entre a sucesso e riqueza.
- d) Diversos verbos foram conjugados na voz ativa.
- e) A definição se enquadra na tipologia descritiva.

**22.** Observe a seguinte frase: *Sucesso significa realizar seus próprios sonhos, cantar sua própria canção, dançar sua própria dança, criar do seu coração e apreciar a jornada, confiando que não importa o que aconteça, tudo ficará bem. Criar sua própria aventura!*

(Elana Lindquist)

Sobre os elementos estruturais do pensamento acima, é correto afirmar que:

- a) “bem” é um termo adverbial de modo.
- b) “sua própria aventura” é objeto indireto.
- c) “realizar seus próprios sonhos” é sujeito.
- d) os infinitivos apresentam sujeito indeterminado.
- e) os pronomes possessivos têm função de complemento.

**23.** Assinale a opção que mostra a frase em que houve troca indevida entre sob/sobre.

- a) Professores investem a vida em aprender sobre suas disciplinas.
- b) A casa está sempre sobre reforma.
- c) O cão se inclinava sobre o muro para latir.
- d) Sob o ponto de vista da maioria, o imposto era leonino.
- e) Sobre não pagar dívidas, a multa é altíssima.

**24.** Assinale a alternativa em que não ocorre ambiguidade:

- a) O juiz não recebeu a petição, pois não era competente.
- b) A demissão do vice-presidente surpreendeu a todos.
- c) Encontrei o livro sujo sob a cama do quarto de hóspedes.
- d) O policial nega ter agredido o ladrão em sua casa.
- e) Eles são agentes de lutadores muito promissores.

**25.** Entre os cinco pares de vocábulos a seguir, assinale aquele em que a forma aumentativa não indica uma realidade diferente.

- a) sapato / sapatão.
- b) caixa/ caixão.
- c) orelha / orelhão.
- d) pescoço / pescoção.
- e) braço / bração.

## LEGISLAÇÃO INTERNA

*Tiago Zanolla*

**26.** O servidor público estadual de Santa Catarina, João, deseja se deslocar de um órgão para outro dentro do mesmo município por motivos pessoais. Sua colega Maria, que ocupa o mesmo cargo, também tem interesse em uma remoção para o

órgão onde João está atualmente lotado. Ambos apresentaram um pedido conjunto de remoção por permuta. Considerando as disposições da Lei nº 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores de Santa Catarina), é correto afirmar que:

- a) A remoção de João e Maria pode ser processada, desde que ambos estejam fora do estágio probatório.
- b) A remoção de João e Maria pode ser processada apenas se houver necessidade de pessoal nos novos locais de lotação.
- c) A remoção de João e Maria não pode ser processada, pois a permuta não é permitida por motivos pessoais.
- d) A remoção de João e Maria pode ser processada, desde que sejam ocupantes do mesmo cargo e apresentem um pedido conjunto.
- e) A remoção de João e Maria pode ser processada apenas se for comprovado motivo de saúde por órgão médico oficial.

**27.** Carlos, servidor público estadual, foi reconduzido ao cargo anteriormente ocupado após a reintegração de outro servidor. No entanto, o cargo anterior de Carlos foi extinto. Considerando as disposições da Lei nº 6.745/1985, é correto afirmar que:

- a) Carlos ficará na condição de excedente, sem perda de direitos, até a ocorrência de vaga.
- b) Carlos será reconduzido a um cargo de vencimento e função equivalentes.
- c) Carlos perderá os direitos até que uma nova vaga seja disponibilizada.
- d) Carlos deverá ser promovido a um cargo superior devido à extinção do cargo anterior.
- e) Carlos será exonerado caso não haja um cargo equivalente disponível.

**28.** Ana, servidora pública estadual, foi designada para substituir temporariamente o chefe do seu departamento, que está impedido de exercer suas funções. A substituição foi automática e durou 7 dias. Considerando as disposições do Art. 38 da Lei nº 6.745/1985, é correto afirmar que:

- a) Ana será remunerada pelo cargo do substituído durante o período de substituição.
- b) Ana não será remunerada pelo cargo do substituído, pois a substituição foi automática e inferior a 10 dias.
- c) Ana continuará recebendo os vencimentos do seu cargo durante a substituição.
- d) Ana deverá optar entre os vencimentos do seu cargo e os do cargo do substituído.
- e) Ana não será remunerada pelo cargo do substituído, independentemente do período de substituição.

**29.** O servidor público estadual de Santa Catarina, Pedro, teve um ato administrativo proferido contra ele e deseja entrar com um pedido de reconsideração. Ele tem novos argumentos que não foram apresentados anteriormente. Considerando as disposições do Art. 124 da Lei nº 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores de Santa Catarina), é correto afirmar que:

- a) Pedro pode dirigir o pedido de reconsideração à autoridade superior à que proferiu a decisão.
- b) Pedro pode renovar o pedido de reconsideração se não for atendido da primeira vez.
- c) Pedro pode dirigir o pedido de reconsideração à autoridade que proferiu a decisão, observando os prazos legais.
- d) Pedro pode entrar com um recurso diretamente, sem necessidade de pedido de reconsideração.
- e) Pedro pode esperar até 90 dias para a solução do seu pedido de reconsideração, sem exceções.

**30.** Maria, servidora pública estadual, foi informada sobre a divisão do ofício de Justiça ao qual está vinculada. Considerando as disposições da Lei nº 5.624/1979, é correto afirmar que:

- a) Maria tem 30 dias para exercer o direito de opção após a divisão do ofício.
- b) Maria terá preferência na opção se for a mais antiga na função.
- c) Os livros findos do ofício dividido serão conservados no novo ofício criado.
- d) Os livros em andamento devem ser entregues imediatamente ao novo ofício, sem indenização.
- e) As funções de escrivão, tabelião e oficial de registro de imóveis podem ser exercidas cumulativamente.

**31.** O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é composto por diversas autoridades, incluindo o Presidente do Tribunal e Desembargadores de maior antiguidade no cargo. Considerando as disposições da Lei nº 5.624/1979, é correto afirmar que:

- a) Todos os membros do Órgão Especial são escolhidos por eleição entre os Desembargadores.
- b) A recusa para compor o Órgão Especial é admissível.
- c) O Órgão Especial julga, originariamente, os crimes comuns do Governador do Estado.
- d) O Órgão Especial é responsável por processar e julgar originariamente os crimes comuns do Vice-Governador do Estado.
- e) O Órgão Especial não tem competência para julgar ações diretas de inconstitucionalidade.

**32.** O servidor do cartório judicial de Santa Catarina, João, recebeu a ordem para emitir mandados em um processo civil. O processo envolve três destinatários localizados em diferentes zonas geográficas. Considerando as disposições das Normas da Corregedoria Geral de Justiça, é correto afirmar que:

- a) João pode emitir um único mandado para todos os destinatários.
- b) João deve emitir mandados individualizados para cada destinatário.
- c) João deve emitir um mandado para cada zona geográfica, independentemente do número de destinatários.
- d) João deve emitir mandados apenas após a intimação das partes envolvidas.
- e) João deve emitir mandados sem necessidade de recolhimento de despesas judiciais.

**33.** O servidor do cartório judicial de Santa Catarina, João, está interessado em saber como são realizados os controles correicionais. Considerando as disposições das Normas da Corregedoria Geral de Justiça, é correto afirmar que:

- a) Os controles correicionais são realizados exclusivamente com base na análise qualitativa da prestação jurisdicional.
- b) Os controles correicionais são realizados por meio de sistemas de aferição da produtividade do juiz, desempenho das varas e serviços judiciários.
- c) A responsabilidade pela correta alimentação do sistema informatizado é da Corregedoria-Geral da Justiça.
- d) A aferição da produtividade do juiz não considera a presteza no exercício das funções.
- e) A aferição do desempenho das varas não observa critérios fixados pelo Corregedor-Geral da Justiça.

**34.** Maria, uma pessoa com 65 anos de idade, deseja solicitar prioridade na tramitação de um procedimento administrativo. Considerando as disposições do Art. 23 das Normas da Corregedoria Geral de Justiça, é correto afirmar que:

- a) Maria terá automaticamente prioridade na tramitação do procedimento sem precisar solicitá-la.
- b) Maria deve requerer a prioridade na tramitação do procedimento administrativo.
- c) A prioridade na tramitação se aplica a pessoas com mais de 60 anos.
- d) A identificação própria dos autos é desnecessária, mesmo se a prioridade for deferida.
- e) A prioridade na tramitação é aplicável apenas a pessoas com deficiência.

**35.** João, interessado em um procedimento administrativo, deseja desistir de parte de seu pedido. Considerando as disposições das Normas da Corregedoria Geral de Justiça, é correto afirmar que:

- a) João pode desistir apenas da totalidade do pedido.
- b) João pode desistir total ou parcialmente do pedido mediante manifestação oral.
- c) João pode desistir total ou parcialmente do pedido mediante manifestação escrita.
- d) João não pode desistir do pedido, pois o interesse público exige a continuidade do procedimento.
- e) João pode desistir do pedido apenas com autorização do Corregedor-Geral da Justiça.

**36.** Maria, desembargadora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi designada para uma comissão temporária. Considerando as disposições do Regimento Interno do TJ-SC, é correto afirmar que:

- a) As comissões do TJ-SC são sempre permanentes.
- b) As comissões são responsáveis por desenvolver estudos e elaborar pareceres.
- c) O prazo para a elaboração de pareceres pelas comissões é sempre de 60 dias, sem possibilidade de prorrogação.
- d) A designação dos membros das comissões não depende de portaria emitida pelo presidente do Tribunal de Justiça.
- e) Apenas desembargadores com alta produtividade podem ser escolhidos para comissões.

**37.** Pedro, servidor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, está interessado em entender como são realizadas as eleições para os cargos de direção do Tribunal. Considerando as disposições do Regimento Interno do TJ-SC, é correto afirmar que:

- a) A eleição é realizada em sessão privada, com a presença de todos os membros do Tribunal Pleno.
- b) Será considerado eleito o desembargador que obtiver a maioria dos votos dos membros do Tribunal Pleno, presentes à sessão.
- c) Em caso de empate, será realizada uma nova votação até que um dos candidatos obtenha a maioria dos votos.
- d) Se não houver maioria na primeira votação, será considerado eleito o candidato mais jovem entre os dois mais votados.
- e) O presidente do Tribunal de Justiça não participa da apuração dos votos e não proclama o resultado da eleição.

**38.** João, servidor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, está interessado em entender as condutas esperadas dos agentes do Poder Judiciário em funções de gestão. Considerando as

disposições do Código de Ética, é correto afirmar que:

- a) Os agentes do Poder Judiciário devem atuar sem preocupação com o ambiente de trabalho.
- b) Os agentes do Poder Judiciário não precisam disseminar os princípios, valores e normas do código.
- c) É esperado que os agentes do Poder Judiciário ajam com urbanidade, antipatia e respeito.
- d) A exoneração de cargo em comissão pode ocorrer sem notificação prévia ao servidor.
- e) O desenvolvimento profissional da equipe não é prioridade para os agentes do Poder Judiciário.

**39.** Ana, servidora pública, está revisando as diretrizes orientadoras da conduta ética dos agentes do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Considerando as disposições Código de Ética, é correto afirmar que:

- a) A disseminação dos princípios e valores do código de ética não é uma diretriz ética.
- b) Os agentes do Poder Judiciário devem atuar de maneira a garantir oportunidades e igualdade de condições para o desenvolvimento profissional.
- c) A gestão dos recursos econômicos e tecnológicos não é uma responsabilidade ética dos agentes.
- d) O respeito à pluralidade de ideias e opiniões não é uma diretriz ética.
- e) A independência das atividades profissionais dos agentes deve ser pautada por influências político-partidárias.

**40.** João, servidor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, está interessado em entender o regime disciplinar aplicado aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Considerando as disposições da Lei Complementar n. 639/2015, é correto afirmar que:

- a) A Procuradoria-Geral do Estado intervém nos procedimentos disciplinares dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.
- b) As publicações relacionadas ao regime disciplinar dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina são feitas no Diário Oficial do Estado.
- c) O poder disciplinar do Presidente do Tribunal de Justiça abrange todas as penalidades, incluindo a demissão e a cassação de disponibilidade.
- d) Os Diretores do Foro têm poder disciplinar para impor todas as penalidades previstas na Lei nº 6.745, de 1985.
- e) Os titulares e designados para o exercício da atividade notarial e de registro estão sujeitos ao regime disciplinar previsto na Lei nº 6.745, de 1985.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO ADMINISTRATIVO

*Antônio Daud*

**41.** Em relação ao recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta quanto à demissão de empregados públicos concursados por parte das empresas estatais:

- a) Empresas estatais somente poderão dispensar seus empregados se houver enquadramento na justa causa trabalhista.
- b) A prévia instauração de processo administrativo é imprescindível para a demissão de empregados concursados.

c) Empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que sejam prestadoras de serviço público, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados.

d) Empregado público concursado não pode ser demitido após 3 anos de efetivo exercício do emprego.

e) Estatais em regime concorrencial têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo, motivação que deve conter fundamento razoável, não se exigindo enquadramento na justa causa trabalhista.

**42.** Fulano e Beltrano estudavam a respeito dos princípios que regem a atuação administrativa do Estado, quando um deles falou corretamente que:

a) O controle da Administração sobre seus próprios atos decorre do princípio da autotutela, sendo que é corolário deste princípio a capacidade a Administração Pública de revogar atos ilegais.

b) A exigência de publicação dos atos administrativos alinha-se à transparência da administração pública, razão pela qual o princípio da publicidade deve ser garantido de forma irrestrita.

c) Os órgãos públicos devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei complementar.

d) O princípio da legalidade estabelece que determinadas matérias devem ser regulamentadas necessariamente por lei formal.

e) A conduta do agente público com vistas a buscar benefício indevido a determinada pessoa viola diretamente o princípio da impessoalidade.

**43.** No que se refere às entidades da Administração Indireta e aos entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

- a) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, constituindo-se nas mesmas exigências para a alienação do controle de subsidiárias e controladas.
- b) para a criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista é necessária autorização específica do Congresso Nacional.
- c) a autorização legislativa não é necessária no caso de venda do controle das subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d) no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista, não há necessidade de autorização legislativa ou processo licitatório para alienação das empresas-matrizes.
- e) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como do controle de suas subsidiárias e controladas não exige autorização legislativa e licitação.

**44.** Em relação à disciplina dos Atos Administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A motivação do ato deve conter explicitamente as justificativas que levaram à sua prática, não podendo haver a mera referência a pareceres, propostas e informações.
- b) Um ato é considerado válido porquanto cumpriu todas as etapas para sua formação.
- c) O silêncio administrativo produzirá efeitos jurídicos equivalentes a um ato administrativo.
- d) A convalidação produz efeitos prospectivos.
- e) A administração está vinculada aos motivos apresentados para a prática do ato, ainda que o ato seja discricionário e sua motivação espontânea.

**45.** Assinale a alternativa que menciona corretamente um princípio expresso na Lei 14.133/2021:

- a) princípio da legalidade, dado que a violação ao caráter concorrencial do certame poderá caracterizar ato de improbidade administrativa.
- b) princípio da segregação de funções, segundo o qual as atividades sensíveis do procedimento licitatório devem ser atribuídas a agentes distintos.
- c) princípio da vedação ao sigilo da proposta, pois todos os atos da licitação são públicos.
- d) princípio da celeridade, que autoriza descumprimentos da lei para acelerar as compras públicas.
- e) princípio do desenvolvimento global sustentável, o qual assegura a adoção de práticas que respeitem o meio ambiente.

**46.** Segundo define a Lei 14.133/2021, procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação dos interessados ou do objeto é denominado:

- a) pré-qualificação
- b) credenciamento
- c) registro cadastral
- d) concorrência
- e) registro de preços

**47.** Considerando o regime jurídico da Lei 14.133/2021, admite-se alteração unilateral das quantidades contratadas de até:

- a) 25% do valor inicial atualizado do contrato, para acréscimos ou supressões.
- b) 50% do valor inicial atualizado do contrato, para acréscimos ou supressões.
- c) 25% do valor inicial atualizado do contrato, no caso de reformas, para acréscimos.
- d) 30% do valor inicial atualizado do contrato, para acréscimos ou supressões.
- e) 25% do valor inicial atualizado do contrato, apenas para os acréscimos.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Emerson Bruno*

**48.** Larissa, russa, se encontrava trabalhando na filial de uma empresa privada francesa de energia nuclear no território brasileiro quando iniciou um relacionamento com Amarok, nativo inuíte de nacionalidade canadense residente em Angra dos Reis, RJ. Desse relacionamento nasceu Sedna, que foi levada pelos pais, um ano após o nascimento no Brasil, para a Criméia, novo local de trabalho de sua mãe. Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, é correto afirmar que Sedna:

- a) é brasileira nata;
- b) é estrangeira, mas pode se naturalizar brasileira caso preencha os requisitos exigidos;
- c) é brasileira naturalizada, caso ratifique a opção por essa nacionalidade nos doze meses subsequentes à obtenção da maioridade civil;
- d) pode optar pela nacionalidade brasileira ao completar 18 anos de idade, desde que venha a residir no território brasileiro;
- e) é brasileira nata, desde que os seus pais tenham optado por lhe atribuir essa nacionalidade antes de Sedna completar 18 anos de idade.

**49.** Na região mais pobre do Município Beta, um caminhão desgovernado adentrou a residência de Ana, causando um grande desabamento no local. Ao constatar o ocorrido, Rafaela, vizinha de Ana, questionou sua filha a respeito da possibilidade de entrarem na casa para verificar se havia alguma pessoa ferida no local, sendo-lhe corretamente informado que o ingresso na residência, de acordo com a ordem constitucional:

- a) está condicionado à presença de duas testemunhas;
- b) somente seria possível com o consentimento de Ana;
- c) poderia ocorrer, ainda que não houvesse o consentimento de Ana;
- d) poderia dispensar o consentimento de Ana, mas apenas se houvesse ordem judicial;
- e) poderia dispensar o consentimento de Ana, mas apenas se fosse feito por policiais civis ou militares.

**50.** Mariana é Procuradora da República, com destacada atuação nas ocupações irregulares dos terrenos de marinha e seus acrescidos existentes na Ilha de Santa Catarina, deseja contar com uma boa equipe de estagiários em seu gabinete. Dessa forma, recomenda que a área de recursos humanos do Ministério Público Federal inclua em seu processo seletivo o art. 129 da CF 88. À luz da Constituição Federal, o Ministério Público tem como função institucional, dentre outras:

- a) representar a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
- b) prestar orientação jurídica, bem como promover os direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- c) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal.
- d) exercer o controle interno da atividade policial, na forma de lei complementar.
- e) representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

**51.** Renata, Marina e Jorge estão fazendo um estudo sobre os Direitos e Garantias Fundamentais para uma breve apresentação do tempo. Ao explicar seu ponto de vista para seus colegas, Marina afirma para seus colegas que o Artigo 5º da Constituição da República de 1988, em seu inciso XIV, garante o sigilo de fonte:

- a) de forma absoluta;
- b) nos assuntos públicos;
- c) nos temas de saúde e meio ambiente;
- d) quando não há imunidade parlamentar;
- e) quando necessário ao exercício profissional.

**52.** Hermano é estagiário em Direito no TJSC. Lotado no gabinete da presidência do Tribunal, precisa fazer um estudo sobre as competências do Poder Judiciário na CF88. Para seu espanto, pois entendia ser uma competência originária do Supremo Tribunal Federal, descobre que a competência para processar e julgar originariamente o Mandado de Segurança contra Ministro de Estado, Comandante da Marinha do Exército e da Aeronáutica é do:

- a) do Tribunal Regional Federal competente.
- b) do Juiz Federal de Brasília, capital federal.
- c) do Superior Tribunal de Justiça.
- d) do Conselho Nacional de Justiça.
- e) do Conselho da Justiça Federal.

**53.** Varginho teve seu direito líquido e certo lesado por ato do Conselho Nacional de Justiça. Tratou-se de um direito líquido e certo não amparado por habeas corpus e habeas data. De acordo com a CF 88, marque a alternativa que corresponda ao remédio constitucional pertinente e o órgão competente para seu julgamento.

- a) mandado de segurança; Superior Tribunal de Justiça.
- b) mandado de injunção; Tribunal Regional Federal.
- c) mandado de segurança; Conselho Nacional de Justiça.
- d) ação popular; Supremo Tribunal Federal.
- e) mandado de segurança; Supremo Tribunal Federal.

54. A PMSC conta com aproximadamente 10.000 policiais em seu quadro efetivo. Diante dessa informação, Débora, interessada no próximo concurso da corporação, deseja saber se a Constituição do Estado e o Código de Organização Judiciária podem prever a existência de um Tribunal de Justiça Militar. Ao indagar Maria, sua vizinha e professora de Direito Constitucional, recebeu corretamente a seguinte resposta:

- a) Sim, pois o estado possui mais de 10.000 membros na corporação.
- b) Não, pois não existe a possibilidade de criação de Tribunais de Justiça Militar nos Estados.
- c) Não, pois o efetivo militar, constando o somatório de policiais militares e membros do corpo de bombeiros militar precisa ser de mais de vinte mil integrantes.
- d) Não, pois o efetivo militar, constando apenas o número de policiais militares precisa ser de mais de trinta mil integrantes.
- e) Sim, pois o efetivo militar, constando o somatório de policiais militares e membros do corpo de bombeiros militar precisa ser superior a oito mil integrantes.

## **DIREITO CIVIL**

*Paulo Sousa*

55. Acerca da representação, assinale a alternativa incorreta:

- a) A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.
- b) O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes.
- c) É nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- d) O prazo decadencial para requerimento de anulação de negócio jurídico realizado pelo representante em conflito de interesse com o representado é de 180 dias.
- e) O representante responde pelos atos que excederem à representação.

56. Quanto aos defeitos do negócio jurídico, julgue as alternativas a seguir:

- I - Trata-se de negócio jurídico anulável aquele que decorre de declaração de vontade calcada em erro substancial.
- II - Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar a indenização.
- III - O erro de cálculo vinculado a um negócio jurídico em andamento apenas autoriza a retificação da declaração de vontade da parte.
- IV - O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I.
- d) Nenhuma das afirmativas.
- e) Todas as afirmativas.

**57.** Constitui exemplo de cláusula accidental do negócio jurídico admitida pelo ordenamento jurídico vigente:

- a) Condição resolutiva, de cuja ocorrência depende a eficácia do negócio jurídico, não se admitindo o caráter aleatório.
- b) Encargo, que, enquanto não realizado, não suspende o exercício ou aquisição do direito objeto do negócio jurídico, não podendo ser desproporcional ou desarrazoado.
- c) Termo, que, por vontade das partes, subordina os efeitos do ato negocial a um evento futuro e incerto, podendo ser inicial ou final.
- d) Modo, que difere a exigibilidade do negócio jurídico para momento futuro ou o torna exigível em prestações sucessivas.
- e) Condição suspensiva, a qual, uma vez implementada, susta os efeitos do negócio jurídico, sendo admissível apenas para contratos de trato sucessivo.

**58.** Considere as alternativas a seguir, acerca do domicílio:

- I. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência definitiva.
- II. Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá um domicílio para as relações profissionais desenvolvidas naquele respectivo local.
- III. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- IV. O servidor público detém, segundo o código civil, domicílio necessário, assim como o servidor, o militar, o marítimo e o preso.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) IV e I
- d) I, III e IV.
- e) todas as alternativas.

**59.** Com relação ao regime jurídico dos bens públicos, é correto afirmar:

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno e externo; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) São bens privados os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- c) Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- d) Os bens públicos de uso especial são alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- e) O uso comum dos bens públicos deve ser gratuito, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

**60.** A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com:

- a) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, independente de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- b) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, independente de autorização ou aprovação do Poder Executivo, registrando-se todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- c) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, independente de autorização ou aprovação do Poder Judiciário, registrando-se todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- d) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Judiciário, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- e) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

**61.** De acordo com o Código Civil, são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

- a) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os ébrios habituais e os viciados em tóxico, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade e os pródigos.
- b) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos, os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, os pródigos.
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os que, mesmo por causa transitória, não

puderem exprimir sua vontade, os ébrios habituais, os viciados em tóxico, os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido e os pródigos.

- d) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, os ébrios habituais, os viciados em tóxico e os pródigos.
- e) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os ébrios habituais e os viciados em tóxico, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos e os pródigos.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

*Ricardo Torques*

**62.** Antônio ajuizou ação de declaração de inexigibilidade de débito em desfavor do Banco X e da Autarquia Federal Y. O processo fora distribuído na justiça estadual e, antes do recebimento da inicial, o juízo estadual declinou da competência para a justiça federal. Caso na justiça federal se entenda pela exclusão da Autarquia Federal Y:

- a) O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito.
- b) O juízo federal ficará prevento para o julgamento do mérito em relação ao Banco X.
- c) O juízo federal deverá suscitar conflito de competência.
- d) O juízo federal somente poderá determinar a exclusão da Autarquia Federal Y se tiver suscitado conflito de competência anteriormente.
- e) Não poderá o juízo federal excluir a Autarquia Federal Y, devendo julgar o feito improcedente em relação a esta, caso entenda por sua ilegitimidade.

**63.** Considerando os temas jurisdição e ação, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil.

- a) Havendo substituição processual, o substituído não poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- b) São condições da ação o interesse processual, a legitimidade das partes e a possibilidade jurídica.
- c) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- d) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, ainda quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- e) O interesse do autor não poderá se limitar a falsidade de documento.

**64.** João pretende ingressar com ação tendo como objetivo a certificação e efetivação de um direito potestativo seu. De acordo com as classificações da ação, é correto afirmar que o pleito pretendido por João deve ser efetivado por meio de:

- a) Ação real.
- b) Ação declaratória.
- c) Ação constitutiva.
- d) Ação de execução.
- e) Ação condenatória.

**65.** A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará determinadas regras e princípios previstos no Código de Processo Civil. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via judicial.
- b) O Ministério Público exercerá as funções de autoridade central na ausência de designação específica.
- c) Na ausência de tratado, exige-se reciprocidade para homologação de sentença estrangeira.
- d) A cooperação jurídica internacional não terá por objeto a colheita de provas e obtenção de informações.
- e) Na cooperação jurídica internacional não será admitida a prática de atos que contrariem ou que produzam resultados incompatíveis com as normas fundamentais que regem o Estado brasileiro.

**66.** Carlos é incapaz e Antônio foi declarado ausente. Considerando que Marcos pretende ajuizar ação em desfavor de Carlos e Andréa pretende ajuizar ação em desfavor de Antônio, é correto afirmar que a competência para o julgamento dos feitos será(ão):

- a) Do foro do domicílio do autor, em ambos os casos.
- b) Do foro do domicílio do réu, em ambos os casos.
- c) Do foro de domicílio do representante ou assistente de Carlos e, respectivamente, do foro do último domicílio de Antônio.
- d) Do foro de domicílio do representante ou assistente de Carlos e, respectivamente, do foro do domicílio do autor.
- e) Do foro de domicílio do representante ou assistente de Carlos e, respectivamente, do foro do domicílio do curador de Antônio.

**67.** O Código de Processo Civil estabelece em seu capítulo I as denominadas “Normas fundamentais”, que positivaram diversos princípios caros à doutrina processualista. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O processo começa e se desenvolve por iniciativa exclusiva da parte.
- b) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- c) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ressalvadas as matérias que devam ser conhecidas de ofício.
- d) É vedada a arbitragem.
- e) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, ressalvadas todas as hipóteses de tutela de evidência.

**68.** É instrumento de cooperação entre juízos de nacionalidade distintas, tratando-se de documento oficial que serve de instrumento para que autoridade judicial pleiteie a outra autoridade judicial estrangeira cooperação para a prática do ato processual. O referido conceito se refere à(o)

- a) Carta rogatória.
- b) Carta precatória.
- c) Auxílio direto passivo.
- d) Auxílio direto ativo.
- e) Carta de ordem.

## **DIREITO PENAL**

*Renan Araújo*

**69.** Bernardo, brasileiro, foi condenado no Canadá por ter lá falsificado um passaporte brasileiro. Depois do trânsito em julgado da sentença condenatória, Bernardo se apresentou

espontaneamente e cumpriu integralmente a pena de 02 anos de reclusão imposta naquele país. Após, Bernardo decidiu se mudar para a Croácia, não tendo mais retornado ao Brasil.

Nesse caso, é correto afirmar que Bernardo:

- a) não poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato, por se tratar de extraterritorialidade hipercondicionada.
- b) somente poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato caso retorne ao país.
- c) poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato, sendo hipótese de extraterritorialidade incondicionada, pelo princípio da representação.
- d) poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato, mas a pena cumprida no exterior deverá ser computada na pena a ser cumprida no Brasil.
- e) não poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo fato, na medida em que se trata de hipótese de extraterritorialidade condicionada, já tendo cumprido pena no estrangeiro.

**70.** Determinado agente policial da PCSC se dirige a uma comunidade para cumprir mandado de prisão expedido pela autoridade judiciária competente. Ao chegar no local, o agente policial vê um morador segurando um objeto semelhante a uma arma de fogo em cima de uma laje. Acreditando ser um criminoso portando uma arma de fogo, o policial atira e acaba ferindo o morador. Posteriormente, descobre-se que não se tratava de um criminoso, mas de um pedreiro segurando um martelo.

Nesse caso, é correto afirmar que houve erro:

- a) de tipo permissivo
- b) de tipo incriminador
- c) sobre a pessoa
- d) na execução
- e) de proibição

**71.** Daniel entrou clandestinamente na casa de seu primo Mauro, com o objetivo de subtrair alguns pertences de elevado valor. Após entrar na casa, utilizando um grampo de cabelo para abrir a fechadura da porta, Daniel começou a procurar bens de valor. Depois de encontrar algumas joias, Daniel encontrou também uma foto antiga, na qual ele e seu primo Mauro estão se divertindo em uma viagem que fizeram juntos para Bangkok. Arrepentido, abandona a empreitada criminosa e vai embora sem nada subtrair.

Nesse caso, a conduta de Daniel configura:

- a) fato atípico, dada a desistência voluntária
- b) crime de violação de domicílio, em razão do arrependimento eficaz
- c) crime de violação de domicílio, em razão da desistência voluntária
- d) furto simples tentado
- e) furto qualificado tentado

**72.** Nero, Oficial de Justiça do TJSC, apropriou-se de dois computadores dos quais tinha a posse em razão de seu cargo público, objetos estes que haviam sido apreendidos em diligência de busca e apreensão realizada pelo referido servidor. Ao contar o fato para sua esposa, Nero é por esta convencido a devolver os bens. Dois dias após o fato, arrependido e convencido pelas palavras de sua amada, o agente público devolve os bens, antes mesmo que tivesse sido instaurado inquérito policial para apurar os fatos.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) em razão do arrependimento posterior, Nero fará jus a uma causa de diminuição de pena de um a dois terços.
- b) em razão da desistência voluntária, Nero terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- c) em razão do arrependimento eficaz, haverá causa de extinção da punibilidade em favor de Nero.

d) em razão do arrependimento eficaz, Nero fará jus a uma causa de diminuição de pena de um a dois terços.

e) houve crime de peculato-apropriação consumado, sem redução de pena, dada a ausência de voluntariedade na restituição.

**73.** Acerca dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, assinale a alternativa **incorreta**:

a) Por se tratar de crime formal, não se admite tentativa no crime de extorsão.

b) É prescindível a apreensão e a perícia de arma de fogo para a caracterização de causa de aumento de pena prevista no art. 157, § 2º-A, I, do Código Penal, quando evidenciado o seu emprego por outros meios de prova.

c) No crime de furto, são irrelevantes para a configuração da majorante do repouso noturno os fatos de as vítimas estarem ou não dormindo no momento do crime, ou o local de sua ocorrência, em estabelecimento comercial, via pública, residência desabitada ou em veículos, bastando que o furto ocorra, obrigatoriamente, à noite e em situação de repouso.

d) Segundo entendimento consolidado do STJ, inexistente incompatibilidade entre o dolo eventual e o reconhecimento do meio cruel para a consecução da ação no crime de homicídio.

e) O perdão judicial é cabível no homicídio culposo, quando o Juiz considerar que as consequências da infração atingiram o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se mostra desnecessária. O mesmo se aplica à lesão corporal culposa.

**74.** Gilberto foi denunciado pela suposta prática do crime de estupro de vulnerável, em tese praticado contra sua ex-enteada, Valentina. No curso da ação penal, Gilberto procurou Luciana, mãe da vítima e sua ex-companheira, e disse a ela que “deveria ficar calada” em Juízo, caso contrário, a mataria. A ex-companheira de Gilberto foi quem noticiou o fato à polícia e havia sido arrolada como testemunha de acusação pelo Ministério Público. Luciana, porém, não se intimidou e prestou todas as informações necessárias quando de sua oitiva em Juízo.

Nesse caso, é correto afirmar que Gilberto:

- a) Praticou crime de ameaça, consumado.
- b) Praticou crime de ameaça, tentado.
- c) Praticou crime de coação no curso do processo, tentado, com aumento de pena de um terço à metade.
- d) Praticou crime de coação no curso do processo, consumado, sem aumento de pena.
- e) Praticou crime de coação no curso do processo, consumado, com aumento de pena de um terço à metade.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Priscila Silveira*

**75.** No tocante dos sujeitos do processo, assinale a assertiva correta.

- a) Quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la, a suspeição poderá ser declarada e reconhecida.
- b) O co-réu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.
- c) O impedimento não será declarado e reconhecido quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.
- d) Para os peritos apenas será aplicada a hipótese de suspeição de vedação de ser sócio, acionista ou administrados de sociedade interessada no

processo, não se estendendo as demais hipóteses de suspeição aplicada aos juízes.

- e) Não poderá ser realizada a condução coercitiva do acusado para o interrogatório.

**76.** A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) O advogado do investigado terá amplo acesso aos elementos de provas do inquérito policial, inclusive as diligências em curso, desde que digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- b) A autoridade policial não poderá proceder a acareações, tendo em vista que só poderá ocorrer na fase judicial.
- c) O inquérito policial é imprescindível para o oferecimento da denúncia pelo órgão ministerial.
- d) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- e) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito se verificar a atipicidade da conduta ou a existência de excludente de ilicitude.

**77.** Sobre o tema “habeas corpus” e sobre as previsões contidas entre os artigos 647 a 654 do CPP, é correto afirmar:

- a) Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, como por exemplo nos casos de punição disciplinar que envolva prisão.
- b) A concessão do habeas corpus não obstará, nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
- c) Se o habeas corpus for concedido em virtude de nulidade do processo, este será interrompido.
- d) Ordenada a soltura do paciente em virtude de habeas corpus, não será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação.

e) Recebida a petição de habeas corpus, o juiz deverá, se estiver preso o paciente, mandar que este lhe seja imediatamente apresentado em dia e hora que designar.

**78.** A respeito das prisões e medidas cautelares, conforme as previsões do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) As medidas cautelares diversas da prisão não podem ser aplicadas cumulativamente.
- b) A prisão pode ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, não se aplicando as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.
- c) Ao cumprir mandado de prisão, em nenhuma situação será permitido o emprego de força.
- d) Se a infração for afiançável, a falta de exibição do mandado não obstará a prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado, para a realização de audiência de custódia.
- e) Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.

**79.** Assinale a opção correta, acerca do inquérito policial.

- a) As diligências requeridas pelo ofendido no curso do inquérito policial deverão ser realizadas pela autoridade policial.
- b) Os objetos que interessarem à prova, bem como, os instrumentos do crime, não acompanharão os autos do inquérito.
- c) A lei permite que autoridade policial instaure inquérito policial, nos crimes de ação privada, ainda que não haja o requerimento ofendido.
- d) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não é cabível recurso.
- e) Nos crimes em que a ação pública depender de representação o inquérito não poderá sem ela ser iniciado.

**80.** Acerca da ação penal, é correto afirmar que

- a) depois de recebida a denúncia a representação será irretratável.
- b) o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao Juiz, no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial.
- c) o Ministério Público não poderá desistir da ação penal.
- d) seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será privada.
- e) não será admitida, em nenhuma hipótese, ação penal privada nos crimes de ação penal pública.

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---